



## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO .....</b>                      | <b>2</b>  |
| <b>2. RECEITAS .....</b>                                   | <b>4</b>  |
| 2.1. Dívida Ativa .....                                    | 6         |
| <b>3. DESPESAS .....</b>                                   | <b>7</b>  |
| 3.1. Investimentos .....                                   | 8         |
| <b>4. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....</b>        | <b>9</b>  |
| <b>5. RESULTADO FINANCEIRO (BALANÇO PATRIMONIAL) .....</b> | <b>10</b> |
| <b>6. DÍVIDA PÚBLICA .....</b>                             | <b>12</b> |
| <b>7. DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES .....</b>                 | <b>13</b> |
| <b>8. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA .....</b>          | <b>13</b> |
| <b>9. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS .....</b>    | <b>15</b> |



PROCESSO : 7.561-2/2013  
INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ  
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2013  
RELATOR : CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA

### RELATÓRIO – GESTÃO

Trata o processo das Contas Anuais de Gestão da Prefeitura Municipal de ITANHANGÁ, referentes ao exercício de 2013, de responsabilidade do gestor **JOÃO ANTÔNIO VIEIRA**, submetidas à análise deste Tribunal de Contas, em razão da competência disposta no inc. II do art. 71 da Constituição da República, combinado com o art. 212 da Constituição Estadual e com o inc. II do art. 1º da Lei Complementar Estadual 269/2007 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas.

MR 134

| PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ      |   |
|--|---|
| JULGAMENTOS PELO TCE-MT DE 2010 – 2012 |   |
| Exercício 2010                         | Julgar regulares, com recomendações e determinações legais, multar e glosar |
| Exercício 2011                         | Julgar regulares, com recomendações e determinações legais, multar e glosar |
| Exercício 2012                         | Julgar regulares, com recomendações e determinações legais e multar         |

Fontes: IBGE, INEP, Site TCE MT

Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do município, ficou sob a responsabilidade do Senhor André Luiz Kruger.

#### 1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO

O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – e as enviou a este Tribunal para registro, conforme a seguir:



| PEÇAS DE PLANEJAMENTO | NÚMERO DO PROCESSO | NÚMERO DA LEI | DATA       | AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | REGISTRO   |
|-----------------------|--------------------|---------------|------------|--------------------------|------------|
| PPA                   | 537-1/2010         | 192/2009      | 10/12/2009 | -                        | 13/09/2010 |
| LDO                   | 22.493-6/2012      | 282/2012      | 17/07/2012 | -                        | 30/10/2013 |
| LOA                   | 22.694-7/2013      | 295/2012      | 17/12/2012 | 12,00%                   | 30/10/2013 |

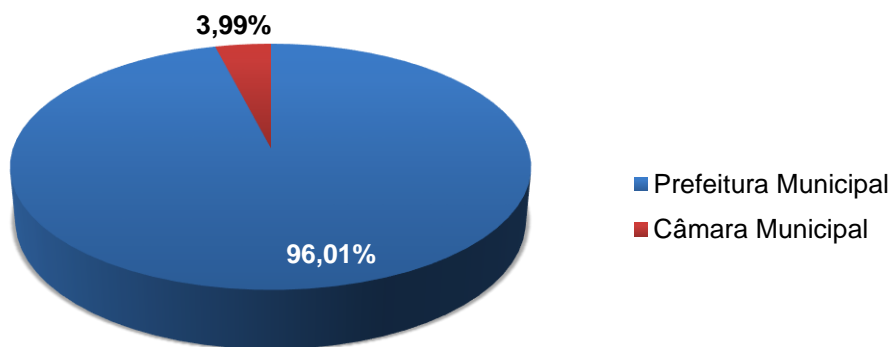
Fonte: APLIC, ControlP

A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$16.000.000,00** (dezesesseis milhões de reais), com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de **12%** do orçamento, com a seguinte distribuição por órgão e entidade:

| DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE |                      |                |
|---------------------------------------|----------------------|----------------|
|                                       | VALOR (R\$)          | % Desp         |
| <b>Administração Direta</b>           | <b>16.000.000,00</b> | <b>100,00%</b> |
| Prefeitura Municipal                  | 15.362.000,00        | 96,01%         |
| Câmara Municipal                      | 638.000,00           | 3,99%          |
| <b>Total Geral Fixado</b>             | <b>16.000.000,00</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: APLIC (LOA)

### Distribuição Orçamentária



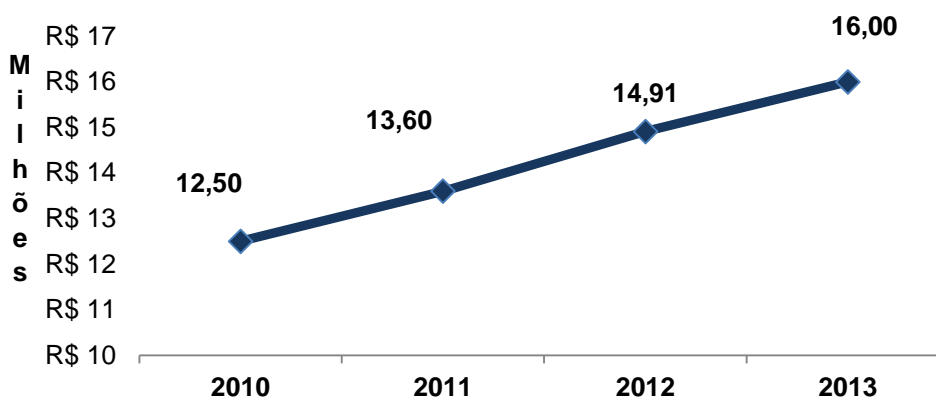
A série histórica da Lei Orçamentária, no período 2010/2013, indica que o Município vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:



| HISTÓRICO DO ORÇAMENTO |               |               |               |               |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                        | 2010          | 2011          | 2012          | 2013          |
| Receita Estimada - R\$ | 12.500.000,00 | 13.600.000,00 | 14.910.000,00 | 16.000.000,00 |
| Variação %             | -             | 8,80%         | 9,63%         | 7,31%         |

Fonte: Site TCE-MT (Contas Anuais), APLIC (LOA)

### Histórico do Orçamento



## 2. RECEITAS

As receitas efetivamente arrecadadas pelo Poder Executivo no exercício de 2013, totalizaram **R\$13.898.143,49** (treze milhões oitocentos e noventa e oito mil cento e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos).

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas do município, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **7,59%**, conforme demonstrado a seguir:



| RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA - RTP                                  | VALOR (R\$) - APLIC – Exercício de 2013 | % (RECEITA PRÓPRIA/ RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA) |
|---|---|---|
| <b>Receita Tributária</b>   | <b>867.493,44</b>                       | <b>6,24%</b>                                    |
| Imposto   | 742.589,66                              | 5,34%   |
| IPTU  | 102.117,06                              | 0,73%   |
| IRRF  | 180.482,43                              | 1,30%   |
| ISSQN   | 251.516,60                              | 1,81%   |
| ITBI  | 208.473,57                              | 1,50%   |
| Taxas   | 124.903,78                              | 0,90%   |
| <b>Receita de Contribuições</b>                                   | <b>22.045,28</b>                        | <b>0,16%</b>                                    |
| CIP (Contribuição de Iluminação Pública)                          | 22.045,28                               | 0,16%   |
| <b>Outras Receitas Correntes</b>                                  | <b>165.438,83</b>                       | <b>1,19%</b>                                    |
| Multa/Juros de Mora /Correção Monetária s/ Tributos               | 16.132,04                               | 0,12%   |
| Dívida Ativa Tributária   | 97.221,36                               | 0,70%   |
| Multa/Juros de Mora/Correção Monetária s/ Dívida Ativa Tributária | 52.085,43                               | 0,37%   |
| <b>Total</b>  | <b>1.054.977,55</b>                     | <b>7,59%</b>                                    |

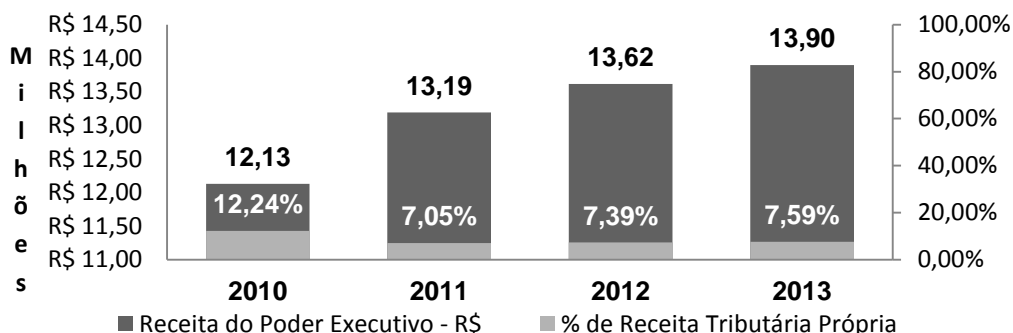
Fonte: APLIC (Anexo 2)

A série histórica das receitas orçamentárias do Poder Executivo, no período de 2010/2013, revela crescimento na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Origens das Receitas                   | 2010                 | 2011                 | 2012                 | 2013                 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Receitas Correntes</b>              | <b>8.909.591,99</b>  | <b>10.926.537,10</b> | <b>11.366.359,40</b> | <b>13.081.555,14</b> |
| Receita Tributária                     | 621.150,08           | 667.919,50           | <b>691.958,78</b>    | 867.493,44           |
| Receita de Contribuição                | 76.469,62            | 97.362,88            | <b>115.167,68</b>    | 22.045,28            |
| Receita Patrimonial                    | 59.138,83            | 65.169,43            | <b>69.959,08</b>     | 55.383,37            |
| Receita de Serviço                     | 223.927,70           | 308.459,57           | <b>337.790,42</b>    | 419.457,61           |
| Transferências Correntes               | 9.005.079,49         | 11.025.416,03        | <b>11.520.740,08</b> | 12.733.136,65        |
| Outras Receitas                        | 131.232,68           | 206.249,39           | <b>224.145,73</b>    | 690.885,91           |
| Dedução                                | -1.207.406,41        | -1.444.039,70        | <b>-1.593.402,37</b> | -1.706.847,12        |
| <b>Receitas de Capital</b>             | <b>3.220.588,21</b>  | <b>2.267.960,12</b>  | <b>2.252.794,99</b>  | <b>816.588,35</b>    |
| Alienação de Bens                      | 0,00                 | 0,00                 | <b>70.000,00</b>     | 0,00                 |
| Transferências de Capital              | 3.220.588,21         | 2.267.960,12         | <b>2.182.794,99</b>  | 816.588,35           |
| <b>Total das Receitas</b>              | <b>12.130.180,20</b> | <b>13.194.497,22</b> | <b>13.619.154,39</b> | <b>13.898.143,49</b> |
| <b>% de Receita Tributária Própria</b> | <b>12,24%</b>        | <b>7,05%</b>         | <b>7,39%</b>         | <b>7,59%</b>         |
| <b>% Médio de RTP</b>                  | <b>8,57%</b>         |                      |                      |                      |

Fonte: APLIC (Anexo 13)

### Receita do Poder Executivo x Receitas Próprias



## 2.1. DÍVIDA ATIVA

No exercício de 2013, os créditos inscritos em Dívida Ativa aumentaram **7,56%** em relação ao estoque do exercício de 2012, enquanto a recuperação de créditos representou **26,47%** do mesmo saldo, conforme exposição a seguir:

| DESCRIÇÃO                                       | VALOR -R\$ (Aplic) – Exercício de 2013 |
|---|--|
| Saldo do Exercício Anterior                     | 564.134,84                             |
| Inscrições no Exercício                         | 191.951,01                             |
| Cobrança  | 149.306,79                             |
| <b>Saldo do Exercício 2013</b>                  | <b>606.779,06</b>                      |
| <b>% de acréscimo da Dívida Ativa</b>           | <b>7,56%</b>                           |
| <b>% Recebimento da Dívida Ativa (Cobrança)</b> | <b>26,47%</b>                          |

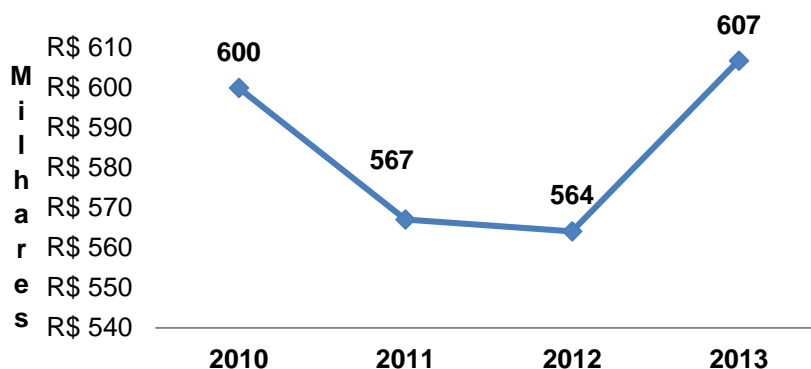
Fonte: APLIC (Anexos 14 e 15)

A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período 2010/2013, indica crescimento em 2013, conforme se pode observar:

| HISTÓRICO DO SALDO DA DÍVIDA ATIVA |            |            |            |            |
|------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| ESPECIFICAÇÃO                      | 2010       | 2011       | 2012       | 2013       |
| Saldo Dívida Ativa                 | 599.957,38 | 567.071,08 | 564.134,84 | 606.779,06 |
| Variação %                         | -          | -5,48%     | -0,52%     | 7,56%      |

Fonte: Site TCE-MT (Contas Anuais), APLIC (Anexo 14)

### Saldo Dívida Ativa



### 3. DESPESAS

As despesas realizadas pelo Poder Executivo, no exercício, totalizaram **R\$12.827.924,46** (doze milhões oitocentos e vinte e sete mil novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos), com a seguinte distribuição por função:

| FUNÇÕES                        | Desp. autorizada na LOA (R\$) - (A) | Desp. realizada pelo Poder Executivo – Exercício de 2013 – R\$ (APLIC) - ( B ) | % (B/A)       |
|--------------------------------|-------------------------------------|--|---------------|
| 04 - Administração             | 3.697.000,00                        | 3.745.260,46   | 101,31%       |
| 08 - Assistência Social        | 906.000,00                          | 475.977,64   | 52,54%        |
| 10 - Saúde                     | 3.512.000,00                        | 3.578.290,75   | 101,89%       |
| 12 - Educação                  | 4.725.000,00                        | 3.928.608,01   | 83,15%        |
| 13 - Cultura                   | 130.000,00                          | 11.644,44  | 8,96%         |
| 15 - Urbanismo                 | 922.000,00                          | 193.937,53   | 21,03%        |
| 17 - Saneamento                | 412.000,00                          | 311.586,39   | 75,63%        |
| 18 - Gestão Ambiental          | 15.000,00                           | 0,00   | 0,00%         |
| 20 - Agricultura               | 286.000,00                          | 257.000,00   | 89,86%        |
| 22 - Indústria                 | 13.000,00                           | 0,00   | 0,00%         |
| 23 - Comércio e Serviços       | 122.000,00                          | 43.220,00  | 35,43%        |
| 26 - Transporte                | 106.000,00                          | 0,00   | 0,00%         |
| 27 - Desporto e Lazer          | 240.000,00                          | 46.005,57  | 19,17%        |
| 28 - Encargos especiais        | 270.000,00                          | 236.393,67   | 87,55%        |
| Reserva de Contingência e RPPS | 6.000,00                            | 0,00   | 0,00%         |
| <b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>   | <b>15.362.000,00</b>                | <b>12.827.924,46</b>   | <b>83,50%</b> |

A série histórica das despesas orçamentárias do Poder Executivo, no período de 2010/2013, revela aumento, com exceção de 2013, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Grupos de Despesas                    | 2010                 | 2011                 | 2012                 | 2013                 |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Despesas correntes</b>             | <b>7.996.263,37</b>  | <b>9.796.367,65</b>  | <b>10.448.467,87</b> | <b>11.960.568,09</b> |
| Pessoal e Encargos Sociais            | 4.496.756,37         | 4.746.987,71         | 5.013.503,12         | 6.118.516,79         |
| Outras Despesas Correntes             | 3.499.507,00         | 5.049.379,94         | 5.434.964,75         | 5.842.051,30         |
| <b>Despesas de Capital</b>            | <b>3.580.830,14</b>  | <b>2.834.777,14</b>  | <b>3.237.493,42</b>  | <b>867.356,37</b>    |
| Investimentos                         | 3.383.427,03         | 2.619.812,71         | 3.017.493,42         | 769.911,88           |
| Amortização da Dívida                 | 197.403,11           | 214.964,43           | 220.000,00           | 97.444,49            |
| <b>Total das Despesas</b>             | <b>11.577.093,51</b> | <b>12.631.144,79</b> | <b>13.685.961,29</b> | <b>12.827.924,46</b> |
| <b>Varição - %</b>                    | <b>10,22%</b>        | <b>9,10%</b>         | <b>8,35%</b>         | <b>-6,27%</b>        |
| <b>% de variação médio da Despesa</b> | <b>5,35%</b>         |                      |                      |                      |

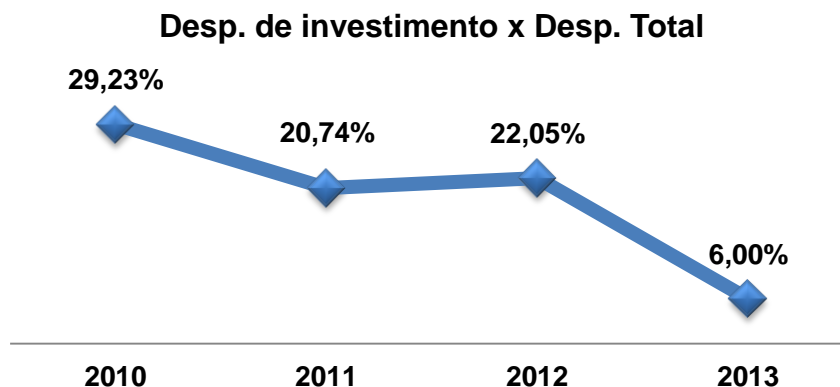
Fonte: APLIC (Anexo 15)

### 3.1. INVESTIMENTOS

A série histórica do percentual da despesa com investimento apresenta decréscimo significativo, no período 2010 a 2013, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| DESPESA DE INVESTIMENTO EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL |               |               |               |               |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
|  | 2010          | 2011          | 2012          | 2013          |
| Investimento – R\$                                 | 3.383.427,03  | 2.619.812,71  | 3.017.493,42  | 769.911,88    |
| Despesa Total – R\$                                | 11.577.093,51 | 12.631.144,79 | 13.685.961,29 | 12.827.924,46 |
| <b>Resultado em %</b>                              | <b>29,23%</b> | <b>20,74%</b> | <b>22,05%</b> | <b>6,00%</b>  |

Fonte: APLIC (Anexo 15)





#### 4. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Comparando a **receita estimada** com a efetivamente **arrecadada**, verifica-se insuficiência de **13,14%** na arrecadação. A **despesa autorizada** comparada à **despesa realizada** apresenta uma economia orçamentária de **15,91%**, conforme se observa no quadro a seguir:

| COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO (R\$) –ADM. DIRETA |                     |                              |                     |
|---|---------------------|------------------------------|---------------------|
| Receita Estimada  | 16.000.000,00       | Despesa Autorizada           | 16.000.000,00       |
| Receita Arrecadada                                      | 13.898.143,49       | Despesa Realizada            | 13.454.228,52       |
| <b>Insuficiência na Arrecadação</b>                     | <b>2.101.856,51</b> | <b>Economia Orçamentária</b> | <b>2.545.771,48</b> |
| <b>% da prevista</b>                                    | <b>13,14%</b>       | <b>% da autorizada</b>       | <b>15,91%</b>       |

Fonte: LOA, APLIC (Anexo 13)

Na comparação das **receitas arrecadadas** com as **despesas realizadas**, do Executivo Municipal e da Administração Direta, constata-se **superavit** no resultado orçamentário equivalente a **7,7% e 3,19%** da receita, respectivamente, conforme demonstrado no seguinte quadro:

| ESPECIFICAÇÃO                 | VALOR – R\$ (Aplic) – Exercício de 2013 - Poder Executivo | VALOR – R\$ (Aplic) – Exercício de 2013 - Adm. Direta |
|-------------------------------|---|---|
| Receita Arrecadada            | 13.898.143,49   | 13.898.143,49   |
| Despesas Realizadas           | 12.827.924,46   | 13.454.228,52   |
| <b>Resultado Orçamentário</b> | <b>1.070.219,03</b>                                       | <b>443.914,97</b>                                     |
| <b>Percentual da Receita</b>  | <b>7,70%</b>  | <b>3,19%</b>  |

Fonte: APLIC (Anexo 13)

Ao analisar o resultado da execução orçamentária da Administração Direta, no período de 2010 a 2013, constatou-se **superávit** orçamentário, exceto em 2012, conforme demonstrado a seguir:



| HISTÓRICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ADM. DIRETA - R\$ |                  |                  |                    |                   |
|--|------------------|------------------|--------------------|-------------------|
|  | 2010             | 2011             | 2012               | 2013              |
| Receita Arrecadada                                     | 12.130.180,20    | 13.194.497,22    | 13.619.154,39      | 13.898.143,49     |
| Despesas Realizadas                                    | 12.092.750,88    | 13.120.087,77    | 14.265.831,62      | 13.454.228,52     |
| <b>Resultado Orçamentário</b>                          | <b>37.429,32</b> | <b>74.409,45</b> | <b>-646.677,23</b> | <b>443.914,97</b> |

Fonte: APLIC (Anexo 13)



## 5. RESULTADO FINANCEIRO (BALANÇO PATRIMONIAL)

O resultado financeiro, que é a diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro, revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.

No exercício de 2013, é possível verificar equilíbrio entre os direitos e as obrigações de curto prazo, uma vez que o executivo municipal dispõe de **R\$ 1,53** para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo.



| ESPECIFICAÇÃO   | VALOR – R\$ (Aplic) – Exercício de 2013 |
|---|---|
| Ativo Financeiro  | 1.864.552,76                            |
| Passivo Financeiro  | 1.218.813,73                            |
| <b>Resultado Financeiro (Déficit / Superávit)</b>                             | <b>645.739,03</b>                       |
| <b>Quociente da Situação Financeira</b>                                       | <b>1,53</b>                             |
| Passivo Financeiro ( Excluídos os R. P. Não Processados)                      | 1.091.044,57                            |
| <b>Quociente da Situação Financeira ( Excluídos os R. P. Não Processados)</b> | <b>1,71</b>                             |

Fonte: APLIC (Anexo 14)

Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras no exercício de 2013, excluídos os Restos a Pagar não Processados, constata-se que o Poder Executivo apresentou **suficiência financeira** para saldar os compromissos de curto prazo, correspondendo a **170,9%** sobre o total das obrigações.

| DISPONIBILIDADES E OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS                        |                           |
|--|---------------------------|
| DESCRIÇÃO  | Aplic – Exercício de 2013 |
| Disponibilidade Financeira                                       | 1.864.552,76              |
| Obrigações Financeiras   | -1.218.813,73             |
| Restos a pagar não processados                                   | 127.769,16                |
| Obrigações Financeiras menos restos a pagar não processados      | 1.091.044,57              |
| Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados | 773.508,19                |
| % da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações         | 170,90%                   |

Fonte: APLIC (Anexo 14)

A série histórica do quociente da situação financeira, no período 2010/2013, indica que o Poder Executivo apresentou capacidade de administrar seus compromissos de pagamentos imediatos, com exceção de 2012, conforme se pode observar:

| Período | Ativo Financeiro - R\$ | Passivo Financeiro - R\$ | Quociente da Situação Financeira | Quociente da Situação Financeira (excluídos os R. P. Não Processados) |
|---------|------------------------|--------------------------|----------------------------------|---|
| 2010    | 1.063.375,76           | 540.599,34               | 1,97                             | 3,73  |
| 2011    | 1.167.689,32           | 560.104,48               | 2,08                             | 5,73  |
| 2012    | 1.155.757,78           | 1.192.099,35             | 0,97                             | 2,54  |
| 2013    | 1.864.552,76           | 1.218.813,73             | 1,53                             | 1,71  |

Fonte: APLIC Anexo 14)

## 6. DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública da Prefeitura, em 31/12/2013, totalizava **R\$1.248.813,73** (um milhão duzentos e quarenta e oito mil oitocentos e treze reais e setenta e três centavos), constituindo-se de dívidas fluante e fundada:

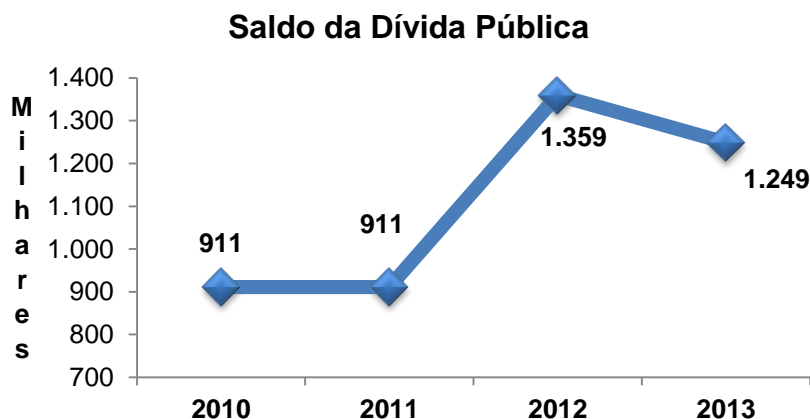
| Títulos                         | Saldo Exercício 2012 - R\$ | Movimentação no Exercício - R\$ |                     | Saldo em Dez/13 - R\$ |
|---------------------------------|----------------------------|---------------------------------|---------------------|-----------------------|
|                                 |                            | Inscrição                       | Pagamento           |                       |
| <b>DÍVIDA FLUTUANTE</b>         | <b>1.192.099,35</b>        | <b>2.556.729,22</b>             | <b>2.530.014,84</b> | <b>1.218.813,73</b>   |
| Restos a Pagar – Processado     | 417.410,98                 | 1.035.339,40                    | 363.943,25          | 1.088.807,13          |
| Restos a Pagar – Não Processado | 759.795,55                 | 649.399,08                      | 1.281.425,47        | 127.769,16            |
| Depósitos e consignações        | 14.892,82                  | 871.990,74                      | 884.646,12          | 2.237,44              |
| <b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA</b>   | <b>167.297,71</b>          | <b>0,00</b>                     | <b>100.529,74</b>   | <b>30.000,00</b>      |
| INSS lei 116/2007               | 50.678,40                  | 0,00                            | 47.088,97           | 0,00                  |
| INSS lei 169/2009               | 116.619,31                 | 0,00                            | 53.440,77           | 30.000,00             |
| <b>TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA</b>  | <b>1.359.397,06</b>        | <b>2.556.729,22</b>             | <b>2.630.544,58</b> | <b>1.248.813,73</b>   |

Fonte: APLIC (Anexos 16 e 17)

A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período 2010/2013, demonstra um decréscimo em 2013.

| HISTÓRICO DO SALDO DA DÍVIDA PÚBLICA |            |            |              |              |
|--------------------------------------|------------|------------|--------------|--------------|
| ESPECIFICAÇÃO                        | 2010       | 2011       | 2012         | 2013         |
| Saldo da Dívida Pública              | 910.833,26 | 911.446,71 | 1.359.397,06 | 1.248.813,73 |
| Variação %                           | -          | 0,07%      | 49,15%       | -8,13%       |

Fonte: APLIC (Anexos 16 e 17)





## 7. DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES

Houve o registro de 1 representação interna, até a data de inclusão do presente processo em pauta de julgamento.

| PROCESSO      | OBJETO   | SITUAÇÃO                        | ATUAL FASE - 5/5/2014 |
|---------------|--|---------------------------------|-----------------------|
| 17.985-0/2013 | Descumprimento do prazo de envio de documentos e informações ate 1º quadrimestre de 2013 | Julgada parcialmente procedente | Arquivado             |

Fonte: Control P

## 8. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA

Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo da Terceira Relatoria, o Auditor Público Externo, Edmar Cláudio Marangon, após a análise do processo, e, ainda, com base em informações obtidas *in loco*, bem como prestadas a este Tribunal por meio do sistema Aplic e outras extraídas dos sistemas informatizados da entidade, elaboraram o relatório preliminar, relacionando **14 irregularidades** atribuídas ao Prefeito, sendo **2** em conjunto com a senhora **DEISE CRISTIANA DAVIES**, Secretária Municipal de Educação e **1** com o senhor **MARCOS ANTONIO NOBERTO FELIPE**, Secretário de Saúde e Saneamento.

Regularmente citados, os interessados apresentaram defesa em conjunto. Depois de analisada, a equipe técnica concluiu **pela permanência de 8 irregularidades**, sendo **6 graves** e **2 sem classificação**, de acordo com a Resolução Normativa **17/2010**, deste Tribunal.

Na fase de alegações finais não houve manifestação dos interessados.

As irregularidades remanescentes à defesa são as seguintes:

**Responsável: João Antônio Vieira - Prefeito Municipal**



Gabinete de Conselheiro  
Conselheiro Valter Albano  
Telefone: 3613-7517 / 7518 - Fax: 3613-7520  
e-mail: gab.albano@tce.mt.gov.br

1. **Item 8.2.** Realização de despesas com justificativas de dispensa ou inexigibilidade de licitação sem amparo na legislação - **GB 02. Licitação Grave**
  - Justificativa com base no art. 24, XI da Lei 8.666/1993 inadequada para a dispensa de licitação nº 011/2013
  
2. **Item 8.6.** Ocorrência de irregularidades na execução dos contratos - **HB 06 Contrato Grave.**
  - Problemas na execução dos contratos 35/2013, 18/2013, 19/2013, 20/2013, 21/2013, 22/2013 e 34/2013.
  
3. **Item 8.7.** Realização de transporte escolar em desacordo com a legislação vigente - **NB 08 Diversos Grave.**
  - Existência de ônibus contratado para o transporte escolar com pneus em precárias condições de uso.
  
4. **Item 8.8.** Inexistência de nutricionista para elaboração e acompanhamento de cardápio para escolas e creches do município - **Sem classificação.**
  
5. **Item 8.9.** Ineficiência dos procedimentos de controle dos sistemas administrativos - **EB 05. Controle Interno Grave.**
  - Ausência de controle dos custos de manutenção de veículos e equipamentos de forma individualizada; e,
  - Os procedimentos de controle dos sistemas administrativos não são eficientes.
  
6. **Item 8.5.** Ocorrência de irregularidades nos procedimentos - **GB 13 – Licitação - Grave.**
  - Irregularidades encontradas nos seguintes processos licitatórios: Convites 2/2013 e 4/2013 e Dispensa 5/2013

**Responsável: João Antônio Vieira - Prefeito Municipal e Deise Cristiana Davies da Silva – Secretária Municipal de Educação**



Gabinete de Conselheiro  
Conselheiro Valter Albano  
Telefone: 3613-7517 / 7518 - Fax: 3613-7520  
e-mail: gab.albano@tce.mt.gov.br

7. **Item 8.13.** Ausência de medidas para efetivo funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado da Escola Rural Cecília Meireles - **Sem classificação.**

**Responsável: João Antônio Vieira - Prefeito Municipal e Marco Antonio Norberto Felipe – Secretário Municipal de Saúde e Saneamento**

8. **Item 8.14.** Ineficiência dos procedimentos de controle dos sistemas administrativos – **EB 05 - Controle Interno - Grave.**
- Controle falho nos recebimentos dos medicamentos, visto que são recebidos em departamentos diversos da Prefeitura.

## 9. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas, por intermédio do **Procurador de Contas Dr. Getúlio Velasco Moreira Filho**, emitiu o Parecer **1691/2014**, manifestando pela **regularidade das Contas Anuais de Gestão da Prefeitura de Itanhangá**, exercício de **2013**, gestão do senhor **João Antônio Vieira**, com determinações legais, recomendação, advertência e multas aos responsáveis.

**É o relatório.**